



CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO  
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS  
2ª CÂMARA DE JULGAMENTO

**ATA DA 12ª (DÉCIMA SEGUNDA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL, REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA, DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS DO ESTADO DO CEARÁ DO ANO 2020.**

Aos 25 (*vinte e cinco*) dias do mês de agosto do ano 2020 (*dois mil e vinte*), às 8h 30min. (*oito horas e trinta e cinco*), após verificado o quórum regimental estabelecido no art. 52 do RICRT/CE, e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 12ª (*décima segunda*) Sessão Ordinária Virtual da 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará, sob a Presidência do Dr. Francisco José de Oliveira Silva. Presentes à Sessão os Conselheiros Leilson Oliveira Cunha, Lúcia de Fátima Dantas Muniz, Henrique José Leal Jereissati, Rafael Pereira de Souza, Filipe Pinho da Costa Leitão e Marcus Mota de Paula Cavalcante. Também presente, o Procurador do Estado, Dr. Ubiratan Ferreira de Andrade. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Silvana Rodrigues Moreira de Souza. Iniciada a sessão, foi aprovada a Ata da 11ª Sessão Ordinária, de 24 de agosto de 2020. Foram disponibilizados para análise e aprovação as seguintes Resoluções e Despachos: 1/4531/17, 1/6227/17, 1/693/16, 1/487/18, 1/1911/18 – Relator: Henrique José Leal Jereissati. Em seguida, o Sr. Presidente passou à **ORDEM DIA**, anunciando os seguintes processos: **Processo de Recurso nº 1/5222/2017 – Auto de Infração: 1/201714496. Recorrente: SHOULDER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: CONSELHEIRO HENRIQUE JOSÉ LEAL JEREISSATI. Decisão:** Após o relato e por ocasião dos debates, o Sr. Presidente considerando a busca da verdade material, resolve, com aquiescência do representante da Procuradoria Geral do Estado, **sobrestar** o julgamento do processo e conceder ao contribuinte, prazo de 10 (dez) dias úteis, para apresentação do comprovante de entrega do inventário de 31 de dezembro de 2012 e a DIPJ à Receita Federal, documento que servirá de base para o encaminhamento do processo. Presente para sustentação oral, a representante legal da Recorrente, Dr. Franciele Carmo Moreira. **Processo de Recurso nº 1/5221/2017 – Auto de Infração: 1/201714497. Recorrente: SHOULDER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: CONSELHEIRO FILIPE PINHO DA COSTA LEITÃO. Decisão:** Após o relato e por ocasião dos debates, o Sr. Presidente considerando a busca da verdade material, resolve, com aquiescência do representante da Procuradoria Geral do Estado, **sobrestar** o julgamento do processo e conceder ao contribuinte, prazo de 10 (dez) dias úteis, para apresentação do comprovante de entrega do inventário de 31 de dezembro de 2012 e a DIPJ à Receita Federal, documento que servirá de base para o encaminhamento do processo. Presente para sustentação oral, a representante legal da Recorrente, Dr. Franciele Carmo Moreira. **Processo de Recurso nº 1/6349/2017 – Auto de Infração: 1/201718044. Recorrente: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Recorrido: SANTA PASSION INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA EPP. Relator: CONSELHEIRO RAFAEL PEREIRA DE SOUZA. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Reexame Necessário,

negar-lhe provimento, para confirmar a decisão **parcialmente condenatória** exarada em 1ª Instância, nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, referendado em sessão, pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. A Conselheira Lúcia de Fátima Dantas Muniz declarou-se impedida de votar em razão de foro íntimo, com base no § 3º, do art. 56, da Lei nº 15.614/2014, em razão de ter atuado, no presente processo, como Supervisora da Célula de Trânsito de Mercadorias – Cefit. **Processo de Recurso nº 1/4513/2017 – Auto de Infração: 1/201711609. Recorrente: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Recorrido: RAFIA COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA. Relatora: CONSELHEIRA LUCIA DE FÁTIMA DANTAS MUNIZ. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Oficial, dar-lhe provimento, para, com esteio no § 9º do art. 84 e Parágrafo Único do art. 85, ambos da Lei nº 15.614/2014, reformar a decisão declaratória de nulidade exarada em 1ª Instância e julgar **improcedente** a acusação fiscal, nos termos do voto da Conselheira Relatora e de acordo com o Parecer da Consultoria Tributária, adotado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. Ausente a este julgamento, por motivo justificado, o Conselheiro Filipe Pinho da Costa Leitão. **Processo de Recurso nº 1/935/2019 – Auto de Infração: 1/201819059. Recorrente: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Recorrido: PP COMERCIAL DE AVIAMENTOS LTDA. Relator: CONSELHEIRO MARCUS MOTA DE PAULA CAVALCANTE. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Reexame Necessário e em razão de não acolher a decisão declaratória de nulidade proferida em 1ª Instância, resolve determinar o **retorno do processo à instância originária** para a realização de novo julgamento, tal como estabelece o artigo 85 da Lei nº 15.614/14, nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. Ausente a este julgamento, por motivo justificado, o Conselheiro Filipe Pinho da Costa Leitão. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 10 de setembro do corrente ano, às 8h30min. (*oito horas e trinta minutos*). E para constar, eu, Silvana Rodrigues Moreira de Souza, Secretária da 2ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pela Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

**Francisco José de Oliveira Silva**  
PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA

Silvana Rodrigues Moreira de Souza  
SECRETÁRIA DA 2ª CÂMARA